

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

AO ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) GESTOR(A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA FRIBURGO

Ref: Pregão Eletrônico Nº 189/2023

A FUNDAÇÃO PRÓ-INSTITUTO DE HEMATOLOGIA - RJ, FUNDARJ, já qualificada no processo licitatório em epígrafe, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Leonardo José Carvalho de Jesus, brasileiro, estatístico, portador da carteira de identidade nº 8665 expedida pelo CONRE/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 089.099.247-99, e por sua Diretora Vice-Presidente, Adarlette Neira, brasileira, solteira, Administradora, Portadora da Carteira de Identidade 01-14365-4 CRA, CPF/MF: 260.491.807-25, vem, com o habitual respeito apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto por BIOMEGA MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 28.966.389/0001-43.

DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cabe destacar que as contrarrazões são tempestivas, tendo o pregoeiro ratificado o dia 16/11/2023 como o prazo final para a interposição do recurso, razão pela qual o seu prazo ainda está em curso.

DO OBJETO DESSAS CONTRARRAZÕES

Alega a recorrente, em apertada síntese, que o recorrido não estaria apto a ser habilitado na referida licitação por não ter cumprido as exigências do item 19.3.1.1 do edital uma vez que não apresentou "os índices já calculados, com assinatura do contador e do representante legal da empresa".

Alegou ainda, que a recorrida descumpriu o item 20.5, questionando o registro do CREMERJ apresentado pela recorrida.

DAS CONTRARRAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS

Preliminarmente é imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa. Todavia, cada um dos seus atos deve ser conduzido em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

Neste sentido, elucidamos as palavras do renomado Hely Lopes Meirelles, vejamos:

"A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos" [1]

Ao suscitar que a decisão proferida pela pregoeira é inválida, além de afirmar que a figura do pregoeiro não possui competência para analisar as condições de habilitação, a recorrente incide em erro grave de conhecimento acerca das competências do pregoeiro.

O Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, dispõe no artigo 17, o seguinte:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

II – receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

V – verificar e julgar as condições de habilitação;

VII – receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII – indicar o vencedor do certame;

Mediante a simples leitura do supracitado artigo, resta cristalino os poderes designados aos pregoeiros, que entre outras competências, esta incumbido de verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital.

No mais, o parágrafo único do referido artigo, dispõe que "o pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão."

Ora, resta claro que o pregoeiro PODERÁ solicitar manifestação técnica. Logo, conclui-se que, não restou qualquer dúvida ao pregoeiro em relação aos documentos apresentados que atestaram a capacidade técnica da recorrida.

Ademais, apesar de possuir os poderes questionados pela recorrente, em consulta atenta aos documentos que

compõem o certame, é possível detectar que foi apresentada toda documentação exigida de forma correta.

Durante a fase de habilitação a Administração Pública avalia, por meio de documentos apresentados pelo participante, sua capacidade de executar determinado serviço ou fornecer determinado produto. Durante a habilitação são avaliados requisitos pessoais, reconhecimento da habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira.

Notadamente, o item 16 e seguintes do edital definiu todos os documentos e certificações que devem ser apresentados na habilitação e a recorrida apresentou todos, sem exceção, e o órgão responsável pela licitação julgou que a recorrida estava apta para atender as exigências e necessidades do edital.

A) DO ITEM 19.3.1.1 DO EDITAL

Impugnou a Recorrente o item 19.3.1.1 do edital, que dita o seguinte:

“19.3.1.1 - As empresas deverão apresentar os índices já calculados, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado. Os índices calculados poderão ser solicitados como documento complementar pelo pregoeiro”.

Verifica-se que ao interpor o recurso, a Recorrente destacou apenas a primeira parte do item citado, ignorando a informação de que o pregoeiro poderá solicitar os índices calculados como documento complementar!

Ademais, todos os documentos fornecidos asseguram que a Recorrida possui liquidez e está plenamente consolidada no mercado, atuando em mais de 15 hospitais, tanto na área de laboratórios quanto na área de agências transfusionais.

B) DO ITEM 20.5 DO EDITAL

Argumentou a Recorrente que a Recorrida não apresentou Cópia da Certidão de anotação do Responsável Técnico no Conselho Regional de Medicina (CRM), o que não é verdade.

A Recorrida anexou cópia do CRM de seu RT, Dr. Luiz de Melo Amorim Filho e aproveita a oportunidade para anexar o Certificado de Regularidade de Pessoa Jurídica junto ao CREMERJ, mesmo não sendo documento exigido pelo edital.

O edital é claro em seu item 20.5, ao exigir “Cópia da Certidão de Anotação do Responsável Técnico no Conselho Regional de Medicina (CRM), ou seja, não existe qualquer exigência que o CREMERJ seja relacionado ao objeto licitado, cumprindo, a recorrida o edital. De qualquer forma, conforme explanado anteriormente, a Recorrida atua em inúmeros hospitais tendo todos os seus laudos assinados por médicos especializados. Importante salientar que a equipe técnica que atuará na unidade contratante será admitida após a Recorrida ser declarada vencedora no presente certame

Neste sentido é a jurisprudência dos Tribunais:

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA NÃO CONSTANTE DO EDITAL. VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SENTENÇA CONFIRMADA. - O Mandado de Segurança mostra-se via apropriada para as hipóteses de proteção a direito líquido e certo que tenha sido vilipendiado por ato praticado por autoridade coatora, segundo se conclui do panorama normativo de mencionada via mandamental, em especial o disposto no artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição da República, combinado com o artigo 1º da Lei 12.016/09 - Não é possível ignorar a formalidade com a qual deve ser conduzido o processo licitatório, sendo cediço que o Edital deve vincular os licitantes às suas exigências, desde que seu conteúdo não esteja em confronto com a norma legal - Da análise das disposições editalícias, verifica-se a existência de violação ao direito líquido e certo, na medida em que, no momento da análise da Documentação de Habilitação, foi exigido documento não constante do rol previsto no Edital, mas previsto, tão somente, no Termo de Referência, sem que houvesse alusão, no Edital, ao referido Termo. (TJ-MG - AC: 10000180786527002 MG, Relator: Moacyr Lobato, Data de Julgamento: 29/01/0020, Data de Publicação: 06/02/2020).

Destacamos ainda a previsão da Lei 8666//93, in verbis:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam [...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor” (grifamos).

De pronto, concluímos que o Recorrente, após ser o excluído do pregão, busca, a qualquer custo, anular o presente pregão eletrônico como forma de tentar habilitar-se em novo processo, visto que a inabilitação do Recorrido não irá sequer beneficiá-lo.

DOS PEDIDOS

Conforme os fatos e argumentos apresentados nestas CONTRARRAZÕES RECURSAIS, solicitamos como lídima justiça que:

a) A peça recursal da recorrente seja conhecida para, no mérito, ser INDEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos;

b) Seja mantida a decisão da Douto Pregoeiro, declarando habilitada a recorrida por ter apresentado toda a documentação exigida;

c) Caso a Douto Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que conceda prazo para que a recorrida regularize suas condições de habilitação;

d) Por fim, caso a Douto Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2023.

Leonardo José Carvalho de Jesus
Representante

Fechar